

**RECLAMAÇÃO Nº 39.872 - RJ (2020/0061105-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECLAMANTE** : DCR INFORMATICA S/C LTDA - ME  
**ADVOGADO** : ADRIANA ALVES SCHITZ - SP418020  
**RECLAMADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**INTERES.** : BANCO BRADESCO S/A

**DECISÃO**

Cuida-se de reclamação, com pedido liminar, ajuizada por **DCR INFORMÁTICA S/C LTDA - ME**, fundamentada no art. 988, IV, do NCPC, na qual discute a aplicação de tese repetitiva n.º 908 e decidida nos autos dos recursos especiais nº1.255.331/RS; REsp 1.255.573/RS; 1.497.831/PR e 1.388.972/SC.

Alega, em resumo, que: **i)** "(...) Trata-se de ação de prestação de contas na qual a Reclamante se insurge em relação as taxas, tarifas e encargos debitados sua conta-corrente (sic) pela instituição financeira, sem pactuação, pretendendo ao final, fosse apurado saldo favorável e a restituição do indébito."; **ii)** "(...) Após o contraditório, a ação foi julgada procedente na primeira fase e o réu foi condenado a prestar contas, o que não o fez, deixando de trazer os documentos comprobatórios ínsitos da ação de prestação de contas, razão pela qual lhe foi aplicada a sanção prevista no art. 915, §2º, do CPC/73, sendo concedido ao Reclamante o prazo de 10 (dez) dias para que prestasse as suas."; **iii)** "(...) após prestadas contas pelo Reclamante foi determinada pelo juízo singular a realização de perícia contábil, sendo o réu intimado para depositar os honorários periciais, deixando, contudo, transcorrer in albis o prazo fixado pelo juízo, e por esse motivo lhe foi decretada a perda da prova pericial. (...) sobreveio sentença de segunda fase, que adotou como razão de decidir a ausência de apresentação pelo réu dos documentos assinados pelo autor que comprovassem a prévia e efetiva pactuação e assim, julgou **PROCEDENTE** a segunda fase da demanda, **CONDENANDO** o réu a devolver em dobro, as quantias apuradas no laudo pericial.; **iv)** "(...) Contudo, o Tribunal a quo deu provimento ao recurso do réu, em flagrante desrespeito aos precedentes firmados nos REsp repetitivos de n.º 1.061.530/RS, 1.497.831/PR e 1.388.972/SC. (...) Esse eg. Tribunal já firmou o entendimento de que para a cobrança de taxas e tarifas é necessária a prévia e expressa pactuação. Tal entendimento restou inclusive consolidado no bojo do REsp 1.255.573/RS julgado pelo rito dos recursos repetitivos."

Pede, assim, em caráter liminar, a "suspensão do processo n.º

0079597-30.2011.8.19.0001." No mérito, requer a procedência do pedido inicial a fim de "(...) restabelecer a sentença de 1º grau, em razão da impossibilidade de cobrança de taxas, tarifas e encargos sem prévia e expressa pactuação."

É o relatório.

**Decisão.**

A reclamação **não** merece prosperar.

**1.** De acordo com a jurisprudência da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, o ajuizamento da reclamação, que constitui medida correicional, pressupõe a existência de um **comando positivo** desta Corte Superior **cujas eficácia deva ser assegurada, protegida e conservada** (*ut* Rcl 2784/SP, 2ª Seção, Relator Ministro João Otávio de Noronha, DJ 22/05/2009).

Assim, nos termos dos artigos 105, I, "f", da Constituição Federal, 988, inc. II, do NCPC e 187 do RISTJ, somente caberá reclamação quando um órgão julgador estiver exercendo competência privativa ou exclusiva deste Tribunal ou, ainda, quando as decisões deste não estiverem sendo cumpridas por quem de direito, de modo que é uníssona a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, em hipóteses deste jaez, o **"seu acolhimento tornaria ineficaz o propósito racionalizador implantado pelo regime dos recursos repetitivos."** (*ut*. AgRg na Rcl 29.631/SP, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 07/03/2017)

Na mesma linha, confira-se: AgRg na Rcl 27.447/RJ, Rel. Min. **BENEDITO GONÇALVES**, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 01/12/2015; AgRg na Rcl 16.032/RJ, Rel. Min. **MAURO CAMPBELL MARQUES**, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 21/05/2014; AgRg na Rcl 14.190/RJ, Rel. Min. **ARI PARGENDLER**, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 05/12/2013; AgRg na Rcl 4.231/RS, Rel. Min. **LUIS FELIPE SALOMÃO**, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 15/08/2017.

A propósito, registra-se posicionamento preconizado pela eg. **Corte Especial**, nos autos da Reclamação n.º **36.476/SP**, Rel. Min. **Nancy Andrichi**, no sentido de que "(...) a admissão da reclamação atenta contra a finalidade da instituição do regime dos recursos especiais repetitivos, que surgiu como mecanismo de racionalização da prestação jurisdicional do STJ, perante o fenômeno social da massificação dos litígios." **Acrescentando, ademais, que** "(...) Nesse regime, o STJ se desincumbe de seu múnus constitucional definindo, por uma vez, mediante julgamento por amostragem, a interpretação da Lei federal que deve ser obrigatoriamente observada pelas instâncias ordinárias. Uma vez uniformizado o direito, é dos juízes e Tribunais locais a incumbência de aplicação individualizada da tese jurídica em cada

*caso concreto." Ao final, concluiu que "(...) Em tal sistemática, a aplicação em concreto do precedente não está imune à revisão, que se dá na via recursal ordinária, até eventualmente culminar no julgamento, no âmbito do Tribunal local, do agravo interno de que trata o art. 1.030, § 2º, do CPC/15."* (grifos nossos)

Veja-se, pois, a ementa do r. julgado:

RECLAMAÇÃO. RECURSO ESPECIAL AO QUAL O TRIBUNAL DE ORIGEM NEGOU SEGUIMENTO, COM FUNDAMENTO NA CONFORMIDADE ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A ORIENTAÇÃO FIRMADA PELO STJ EM RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (RESP 1.301.989/RS - TEMA 658). INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO INTERNO NO TRIBUNAL LOCAL. DESPROVIMENTO. RECLAMAÇÃO QUE SUSTENTA A INDEVIDA APLICAÇÃO DA TESE, POR SE TRATAR DE HIPÓTESE FÁTICA DISTINTA. DESCABIMENTO. PETIÇÃO INICIAL. INDEFERIMENTO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

1. Cuida-se de reclamação ajuizada contra acórdão do TJ/SP que, em sede de agravo interno, manteve a decisão que negou seguimento ao recurso especial interposto pelos reclamantes, em razão da conformidade do acórdão recorrido com o entendimento firmado pelo STJ no REsp 1.301.989/RS, julgado sob o regime dos recursos especiais repetitivos (Tema 658).

2. Em sua redação original, o art. 988, IV, do CPC/2015 previa o cabimento de reclamação para garantir a observância de precedente proferido em julgamento de "casos repetitivos", os quais, conforme o disposto no art. 928 do Código, abrangem o incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) e os recursos especial e extraordinário repetitivos.

3. Todavia, ainda no período de *vacatio legis* do CPC/15, o art. 988, IV, foi modificado pela Lei 13.256/2016: a anterior previsão de reclamação para garantir a observância de precedente oriundo de "casos repetitivos" foi excluída, passando a constar, nas hipóteses de cabimento, apenas o precedente oriundo de IRDR, que é espécie daquele.

4. Houve, portanto, a supressão do cabimento da reclamação para a observância de acórdão proferido em recursos especial e extraordinário repetitivos, em que pese a mesma Lei 13.256/2016, paradoxalmente, tenha acrescentado um pressuposto de admissibilidade - consistente no esgotamento das instâncias ordinárias - à hipótese que acabara de excluir.

5. Sob um aspecto topológico, à luz do disposto no art. 11 da LC 95/98, não há coerência e lógica em se afirmar que o parágrafo 5º, II, do art. 988 do CPC, com a redação dada pela Lei 13.256/2016, veicularia uma nova hipótese de cabimento da reclamação. Estas hipóteses foram elencadas pelos incisos do caput, sendo que, por outro lado, o parágrafo se inicia, ele próprio, anunciando que trataria de situações de inadmissibilidade da reclamação.

6. De outro turno, a investigação do contexto jurídico-político em que editada a Lei 13.256/2016 revela que, dentre outras questões, a norma efetivamente visou ao fim da reclamação dirigida ao STJ e ao STF para o controle da aplicação dos acórdãos sobre questões repetitivas, tratando-se de opção de política judiciária para desafogar os trabalhos nas Cortes de superposição.

7. Outrossim, a admissão da reclamação na hipótese em comento atenta contra a finalidade da instituição do regime dos recursos especiais

repetitivos, que surgiu como mecanismo de racionalização da prestação jurisdicional do STJ, perante o fenômeno social da massificação dos litígios.

8. Nesse regime, o STJ se desincumbe de seu múnus constitucional definindo, por uma vez, mediante julgamento por amostragem, a interpretação da Lei federal que deve ser obrigatoriamente observada pelas instâncias ordinárias. Uma vez uniformizado o direito, é dos juízes e Tribunais locais a incumbência de aplicação individualizada da tese jurídica em cada caso concreto.

9. Em tal sistemática, a aplicação em concreto do precedente não está imune à revisão, que se dá na via recursal ordinária, até eventualmente culminar no julgamento, no âmbito do Tribunal local, do agravo interno de que trata o art. 1.030, § 2º, do CPC/15.

10. Petição inicial da reclamação indeferida, com a extinção do processo sem resolução do mérito.

2. Do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do Código de Processo Civil e no art. 34, XVIII, "a", do RISTJ, **indefiro** liminarmente a presente Reclamação.

Publique-se. Intimem-se. Após, arquivem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator